



Urbanizar a fronteira meridional: redes urbanas precursoras no contexto da disputa pela foz do Rio da Prata

Urbanizando la frontera sur: redes urbanas pioneras en el contexto de la disputa por la desembocadura del Río de la Plata

E4 04 - Urbanizações latino-americanas: perspectivas comparadas e histórias conectadas

Gustavo Rodrigo Faccin Araujo de Souza

Universidade de São Paulo, Brasil
guto.fa.souza@gmail.com

André Souza Martinello

Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil
andresoumar@gmail.com

Resumo: Na macrorregião da América Meridional, no contexto da disputa pelo comércio platino entre os séculos XVII e XVIII, figuraram um conjunto de processos espaciais responsáveis pela produção de redes urbanas precursoras. Tais redes desempenharam importante papel no apoio aos circuitos de navegação, na evangelização dos indígenas, na criação de entrepostos comerciais, na fundação de fortes e fortalezas, e na política colonial em áreas fronteiriças. No presente artigo, buscamos traçar um panorama introdutório da formação dessas redes urbanas, procurando conectar e espacializar histórias usualmente tratadas de forma apartada. A partir da discussão bibliográfica de diversos temas e contextos conhecidos na historiografia da fronteira meridional, identificamos seis processos de urbanização responsáveis pela criação de missões jesuíticas, freguesias, vilas e cidades desde a segunda criação de Buenos Aires (1580) até a oficialização do Município de Porto Alegre em 1809, passando pela decisiva fundação da Colônia de Sacramento em 1680. A localização desses núcleos, a lógica de sua distribuição, o momento em que foram implantados e as relações com os processos econômicos e políticos do período, nos fazem propor interpretações das interconexões, trocas e transações: configurando particularidades dessas precursoras redes urbanas ibero-americanas.

Palavras-chave: história da urbanização; espaço platino; rede urbana.

Resumen: *En la gran región sudamericana, en el contexto de la disputa por el comercio del Platino entre los siglos XVII y XVIII, un conjunto de procesos espaciales fue responsable de la creación de redes urbanas precursoras. Estas redes desempeñaron un papel importante en el apoyo a las rutas de navegación, la evangelización de los pueblos indígenas, la creación de puestos comerciales, la fundación de fuertes y fortalezas, y la política colonial en las zonas fronterizas. En este artículo, buscamos ofrecer una visión general introductoria de la formación de estas redes urbanas, intentando conectar y espacializar historias que suelen tratarse por separado. A partir de una discusión bibliográfica de diversos temas y contextos conocidos en la historiografía de la frontera sur, identificamos seis procesos de urbanización responsables de la creación de misiones, parroquias, villas y ciudades jesuíticas desde la segunda creación de Buenos Aires (1580) hasta el establecimiento oficial de la Municipalidad de Porto Alegre en 1809, pasando por la decisiva fundación de la Colonia del Sacramento en 1680. La ubicación de estos centros, la lógica de su distribución, el momento en que se implementaron y sus relaciones con los procesos económicos y políticos del período, nos llevan a proponer interpretaciones de las interconexiones, intercambios y transacciones: configurando particularidades de estas redes urbanas iberoamericanas precursoras.*

Palabras-clave: *Historia de la urbanización; Región del Platino; red urbana;*

Introdução: pensar por processos espaciais

Em diálogo com a temática do evento, História Urbana Ibero-americana, no presente texto propomos refletir sobre o processo de urbanização do sul da América portuguesa nos séculos XVII e XVIII. Durante o período colonial, considera-se essa como uma grande região de fronteira e de disputas entre as coroas e nações ibéricas, tendo a “modelagem” urbana inicial fortes relações com a dinâmica de conquista e colonização. Nesse sentido, o que consideramos como um conjunto de redes urbanas precursoras é também parte de um processo de instalação e adaptação do poder político no espaço ibero-americano. Para esta reflexão, partimos originalmente da Capitania de Santa Catarina, nosso objeto de estudo dentro da rede de pesquisa “Urbanizações Brasileiras no século XIX”, mas buscando, neste texto, pensá-la de forma não isolada, e sim relacional, conectada, tal como Paul Singer (1968), por exemplo, explicou: “Santa Catarina constitui, no período colonial, zona de transição (do mesmo modo que o Paraná e o Rio Grande do Sul) entre dois focos importantes de colonização e povoamento: São Vicente (e São Paulo) ao norte e o Estuário da Prata ao Sul.” (Singer, 1968, p.81-82).

A interpretação que propomos parte, nesse sentido, da ideia de analisar a formação da capitania de Santa Catarina por meio dos processos de urbanização que atravessaram essa macrorregião meridional no período anterior e posterior à criação da capitania subalterna (1738), ressaltando seus pontos de conexão e encadeamentos. Nossa perspectiva de urbanização como síntese de processos espaciais é tributária do conceito formulado por Reis Filho (1968) e Eric Lampard (1965), e trabalhado no Brasil por diversos autores que se dedicam ao campo de pesquisa da história da urbanização (Bueno, 2009; Derntl, 2010). De forma complementar, pensamos a importância de uma historiografia menos regionalizada e com recortes transfronteiriços (Bueno, 2021), capaz de ultrapassar os limites dos Estados Nacionais e dos Estados da Federação do Brasil, somente consolidados a partir do século XIX (Moraes, 2005).

As redes urbanas produzidas por tais processos são aqui nomeadas de precursoras, não porque menos relevantes do ponto de vista da criação de núcleos, mas sim pelo caráter ainda precário das comunicações e trocas entre as nucleações. Precário, obviamente, quando consideramos as possíveis confusões com uma noção mais contemporânea de rede urbana, que expressa um nível muito maior de articulação e funcionalização entre cidades, possibilitado pelos modernos meios de transporte dos séculos XIX e XX. Urbanização em seus processos iniciais, de comunicações precárias, mas não inexistentes, de modo que é sim importante e necessário falar de redes urbanas nos séculos XVI, XVII e XVIII, conectadas por terra (trilhas, caminhos, picadas), e pela navegação fluvial e marítima. Conexões por caminhos, muitas vezes, subordinados às estações do ano, às cheias dos rios, às épocas de estiagem, etc.



Figura 01: Mapa da Província do Rio da Prata. Fonte: Biblioteca Nacional da França, 1642.

Em termos conceituais, faz-se necessário aprofundar o que entendemos por “processos espaciais”. Em História, é corrente o uso da expressão “processo histórico” para designar um conjunto de fatos e eventos que ganham coerência e capacidade explicativa quando pensados de forma integrada para interpretar mudanças significativas nas formas de organização da vida social. Essa noção se contrapõe ao peso relativamente desproporcional dado, numa abordagem tradicional, aos eventos marcantes de ordem política, que embora possam alterar significativamente a vida social, são sempre precedidos e sucedidos por ações que os complementam e contribuem no seu significado. Em outras palavras, dificilmente existiram fatos ou eventos que poderíamos chamar de “isolados” ou desconectados de processos mais amplos.

Aplicado à dimensão espacial, esse quadro nos orienta a tentar reconstruir os conjuntos de fatos e eventos que possam ser integrados a um processo histórico de ordem predominantemente espacial como, por exemplo, a urbanização. Estamos dizendo que um determinado conjunto de implantações, oficializações e transformações nos núcleos urbanos pode ser agrupado num processo específico para fins de análise, capaz de integrar recortes espaciais (regionalizações) e temporais (periodizações), mais ou menos fixos. Não um processo abstrato e indefinido, mas sim com características próprias e em que sejam destacados os sujeitos históricos atuantes, que tenha um contexto de início e eventualmente uma finalização (Moraes, 2009).

Propomos a pergunta de partida: que processos espaciais contribuíram para a urbanização da fronteira meridional da América portuguesa nos séculos XVII e XVIII? Como se relacionam e quais redes urbanas precursoras foram produzidas? Na seção seguinte, apontaremos aqueles que

nos parecem ser os principais. São construções intelectuais, obviamente, provisórias e ainda preliminares, elaboradas em diálogo com bibliografia reconhecida. Na seção final, apresentaremos um mapa conjectural relacionando as nucleações produzidas com seus respectivos processos espaciais, buscando traçar algumas observações.

Seis processos de urbanização

1) Buenos Aires como porto do Alto Peru

Começamos por recordar a bem referenciada e clássica tese de doutoramento defendida em 1942 pela Professora Alice Canabrava (1911-2003), na qual trata sobre o comércio português no Rio da Prata, com especial atenção à história econômica. Talvez possamos afirmar como, ainda hoje, suas conclusões reverberam e permitem pensar a urbanização de toda a América Meridional. Interessa-nos aqui retomar a afirmação da autora de que a segunda fundação de Buenos Aires (1580), praticamente no mesmo período em que se fundam Santa Fé (1573) e Corrientes (1588) ao longo do Rio Paraná, está calcada na busca por um porto alternativo para as riquezas de Potosí, escoadas à época pelo porto de Lima para troca nas feiras do Istmo (atual Panamá). Nas palavras de Canabrava (1944):

As Províncias do Rio da Prata e de Tucumán, que não possuíam riquezas minerais, não podiam participar das feiras do istmo em que o elemento principal das trocas entre a colônia e metrópole consistia em metais preciosos. (...) Nessas circunstâncias (...), empreenderam na segunda metade do século XVI os maiores esforços para criar um porto no Atlântico e romper com a subordinação econômica em que viviam em relação aos comerciantes monopolistas de Lima. (Canabrava, 1980, p. 27-28).

Os fundadores dessas três cidades partiram de Assunção, núcleo criado em 1541 em processo anterior pelos sobreviventes da expedição do adelantado D. Pedro de Mendoza, que fundou Buenos Aires pela primeira vez. Da capital da Província do Paraguai partiram expedições que fundaram diversas outras cidades em várias direções, todas na segunda metade do século XVI. A oeste do Rio Paraná, foram fundadas as cidades de São Miguel de Tucumán, Salta, Santa Cruz de La Sierra e Santiago del Estero. A leste, na região conhecida como Guairá, oeste do atual Estado do Paraná, foram fundadas Ciudad Real del Guairá, Villa Rica del Espíritu Santo e Santiago de Jerez (Vilardaga, 2010).

Ainda segundo Canabrava (1944), a partir da segunda fundação, o porto de Buenos Aires foi progressivamente inserido numa rede de comércio legal e ilegal que conectava outros pontos decisivos do Atlântico, como o Rio de Janeiro, Luanda e Lisboa. Foi mercado para africanos escravizados e outros produtos, trocados pela prata que descia de Potosí pela mão de mercadores chamados de peruleiros, os quais também cruzavam o interior da América pelas cidades do Guairá até a vila de São Paulo (Vilardaga, 2010). A despeito das proibições estabelecidas pela Coroa Espanhola no final do século XVI, que dava preferência ao porto de Lima, o comércio continuou a partir da apropriação de permissões temporárias e concessões de *vecinidad* dadas a comerciantes portugueses, com transações em valores muito superiores ao permitido oficialmente. Para Ribeiro (2018), ao mesmo tempo em que estabelecia restrições, a governadoria do Rio da Prata e Paraguai tolerava o comércio ilícito e atuava como parte interessada na disputa entre as redes comerciais que buscavam controlar o lucrativo comércio platino e o poder local.

2) A criação da colônia de sacramento

No segundo quartel do século XVII, há uma crise do comércio platino que escoava por Buenos Aires por conta das invasões holandesas sobre portos do Brasil e em Angola, da ação dos corsários batavos sobre os navios mercantes e da diminuição da produção da prata de Potosí. Essa crise se somou aos conflitos em torno da restauração portuguesa e o avanço das bandeiras paulistas sobre cidades espanholas e missões jesuíticas no Guairá e no Tapes, provocando um “recrudescimento do espírito de prevenção contra o português” por parte de Castela (Canabrava, 1944, p.153).

Após a restauração, as tentativas da Espanha de retomar a Monarquia Portuguesa seguiram até 1668. Em paralelo, Portugal procurou retomar as praças comerciais perdidas para os holandeses. A operação de reconquista de Angola, a partir de expedição liderada por Salvador Correia de Sá, teve êxito em 1648 e possibilitou a retomada do tráfico atlântico de escravos pelos portugueses. Nessa década, os conselhos de Sá sobre a importância de retomar o porto de Luanda sugeriam, ainda, a conquista de Buenos Aires (Luders, 2017).

A proposta de tomar do principal porto na foz do prata, embora não tenha sido levada a cabo nessa primeira metade do século, seguiu no horizonte dos portugueses e nos interesses dos Sá, que chegaram a solicitar uma donataria de toda a fronteira meridional portuguesa em 1658 (Holanda, 1994). Na década de 1660, o recrutamento da perseguição espanhola ao comércio ilegal Português e a crescente necessidade de recursos financeiros para honrar obrigações com a Inglaterra e com a Holanda tornaram premente a necessidade de uma solução para viabilizar a retomada do comércio platino (Luders, 2017).

A solução efetiva começaria a se desenhar na década seguinte, após o golpe de estado que resultou na deposição do Rei D. Afonso VI e o início do reinado do seu irmão D. Pedro de Bragança. Entre o conjunto das chamadas reformas bragantinas, empenhadas em solucionar uma crise financeira também agravada pela queda nos preços do açúcar, figurava o plano para criação de um estabelecimento na margem setentrional da foz do Rio da Prata (Luders, 2017) Plano amadurecido em meio a outras medidas importantes, como a criação de um bispado com sede no Rio de Janeiro e limites até a margem platina. Ordenada em 1678, em 1680 partiu a conhecida expedição do governador do Rio de Janeiro D. Manuel Lobo para a fundação da Colônia do Sacramento.

O processo que acarretou na criação da Colônia é aqui interpretado como um movimento singular na criação de núcleos urbanos na América Portuguesa. Não apenas pela importância geopolítica e comercial, cujos desdobramentos produziram efeitos espaciais por mais de um século, mas também pela distância significativa do núcleo urbano mais ao sul oficializado pelos portugueses até 1680, a vila de São Francisco do Sul. Nesse sentido, é significativo dizer que, mais do que outras nucleações, Sacramento foi fundada como cidade relativamente isolada, a ser integrada numa rede de caminhos, fortificações e demais comunicações, concretizados, “no terreno”, muito tempo depois.

3) Missões Jesuíticas e expedições bandeirantes

Somamos a essa cronologia, que acompanha a fundação de Sacramento, outro processo que ocorre de forma paralela, após a criação da Província Jesuítica do Paraguai em 1607. Entre os rios Paraná e Uruguai, e nas regiões do Tapes (banda oriental do Rio Uruguai), do Guairá e do Itatim, os padres da Companhia de Jesus implantaram uma rede de povoações que serviam aos seus objetivos de evangelização dos indígenas guaranis, iniciando pela redução de San Ignacio Guazu, implantada em 1609. Seguiram dezenas de novas reduções nas primeiras décadas do século XVII. Além de evangelizar, a iniciativa dos aldeamentos jesuítas procurou resguardar o gentio dos regimes de trabalho escravo que eram exercidos no planalto paulista e na região de Assunção, por meio dos contratos de *encomienda*.

No mesmo período, a economia nos arredores da vila de São Paulo prosseguiu pelo avanço da triticultura baseada no trabalho dos “negros da terra”, como discutido por Monteiro (1994). Paulistas buscavam sua força de trabalho junto às aldeias e reduções guaranis no Guairá e na região dos Patos, que compreende o atual litoral de Santa Catarina. As incursões do bandeirantismo empenhado na conquista dos cativos foram assim responsáveis pela destruição das missões e cidades espanholas existentes no Itatim, no Guairá e na parte mais oriental do Tapes. Maeder e Gutierrez (2009) destacam as expedições de Raposo Tavares, Manuel Preto, Antonio Pires, André Fernandes e Fernando Dias Paes, realizadas entre as décadas de 1620 e 1630. Segundo esses autores, o número de missões se reduziu pela metade, ocasionando, além de mortes e do abandono de muitos núcleos, a transferência de algumas reduções para a região entre o Rio Paraná e o Rio Uruguai. Após a retração e realocação de diversos núcleos, no início do século XVIII a rede restou consolidada por um conjunto de 30 reduções, os chamados 30 povos das missões, sendo sete destes na banda oriental do Uruguai.

Os jesuítas também foram responsáveis pela introdução do gado bovino em grandes quantidades na América Meridional, no início do século XVII. Segundo Zarth (2016), o ambiente do pampa foi favorável à reprodução de um tipo de gado crioulo, fruto do cruzamento entre as raças introduzidas desde São Vicente e animais oriundos do Peru. Os rebanhos se reproduziram nas missões da banda oriental e se dispersaram após o ataques dos bandeirantes, “formando um imenso rebanho selvagem nas pradarias do pampa e nos campos do planalto” (Zarth, 2016, p. 74). A partir da década de 1670, os missionários retornaram ao trecho mais oriental para fundar estâncias de gado e concentrar os rebanhos em duas regiões distintas, a Vacaria do Mar, criada em 1673 e a Vacaria dos Pinhais, formada em 1705 (Maeder e Gutierrez, 2009). A rede de 30 assentamentos e as vacarias manejadas pelos guaranis permaneceram associadas aos missionários jesuítas até 1768, quando foram expulsos da América Portuguesa.

4) Mineração e as novas vilas ao sul de São Paulo

Chegamos agora num processo ainda situado no século XVII e que conecta os interesses da Coroa Portuguesa pela Foz do Rio da Prata com a busca pela mineração e a exploração da gaderia que se reproduzia nos campos sulinos. Nossa referência básica é o trabalho de Reis Filho (2013) sobre a mineração nas Capitânicas do Sul, em que o autor defende ter se tratado de um primeiro ciclo do ouro no Brasil, com características muito diferentes daquele que se instaurou nas Minas Gerais¹.

¹ As diferenças estariam no modelo de trabalho menos intensivo, que utilizava a mão de obra indígena ao invés do escravo africano, e na relação entre as lavras e a urbanização, que não produziam grandes nucleações como aquelas das Minas Gerais (Reis Filho, 2013).

A Repartição do Sul tratou-se de divisão administrativa do Governo Geral que funcionou durante três curtos períodos: 1574 a 1580, 1608 a 1612 e 1660 a 1662. Ela reunia as capitanias do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente, Santo Amaro e Sant'Ana, essa última localizada no atual litoral Catarinense e pertencente à Pero Lopes de Souza, irmão de Martim Afonso.

O segundo período de vigência da Repartição foi motivado por uma viagem do Governador Geral do Brasil, D. Francisco de Souza, à vila de São Paulo em 1599, para verificar a existência de minas de ouro e ferro na região. Embora faltem informações precisas sobre o momento de descoberta das minas e o início das atividades de mineração, para Reis Filho (2013, p. 25) o “importante é reconhecer que por volta de 1592 já havia notícias consistentes sobre atividades regulares de mineração na região de São Paulo”. Os locais dessas primeiras atividades correspondem ao Pico do Jaraguá e aos arredores da Serra da Cantareira.

Tendo retornado à Bahia em 1602, Francisco de Souza volta à São Paulo em 1609, onde faleceu em 1611. O governador promoveu expedições para descoberta de novas minas e criação de vilas, mas sem efeitos consistentes. Entre 1611 e 1640, com o desenvolvimento da economia do trigo e a expansão da mineração perto de São Paulo, fundou-se a vila de Mogi das Cruzes e elevou-se a essa condição a povoação de Santana de Parnaíba. No litoral, foram criadas as vilas de São Sebastião e Ubatuba na parte norte e o primeiro núcleo de Paranaguá na parte Sul, onde já existiam as vilas de Cananéia e Iguapé.

Reis Filho (2013) sugere que a partir de 1640 se inicia o período mais intenso de mineração e urbanização nas capitanias do Sul, em razão da diminuição da produção de trigo. Foi a partir de um morador de Iguapé, Gabriel de Lara, que se iniciou a ocupação no sítio onde se consolidou a Vila de Paranaguá em 1649, após autorização régia para instalação da vila. Paranaguá foi estabelecida diretamente em função das atividades mineradoras, tendo no mesmo ano de ereção recebido a instalação de uma casa de fundição. Nas proximidades, o fundador da povoação distribuiu sesmarias na localidade onde, cerca de setenta anos depois, iria ser criada a Freguesia de Nossa Senhora do Pilar, atual Município de Antonina.

Do litoral sul, partiram expedições para a descoberta de novas áreas mineradoras no planalto, encontradas nos campos de Curitiba ainda em 1648, por Eleodoro Ebano. Próximo das minas, fundaram-se novos arraiais, entre os quais os de Atuba, Assungui, Arraial Queimado e Arraial Grande. Foi a partir desses primeiros arraiais que se fundou a povoação de Curitiba, elevada à condição de Vila em 1668 pelo mesmo Gabriel de Lara. A descoberta do ouro no planalto fez avançar a criação de novas nucleações ao longo de um novo caminho partindo da região de São Paulo. Desse modo, nos vinte anos que separam a ereção de Paranaguá e Curitiba, foram criadas as vilas de Jundiá (1655), Itú (1657) e Sorocaba (1661), com participação dos fundadores da Vila de Santana de Parnaíba (Reis Filho, 2013).

Ainda segundo Nestor Goulart, a expedição liderada por Manoel Lourenço de Andrade para fundação da Vila de São Francisco do Sul também pode estar relacionada com interesses na mineração, considerando a identificação de lavras nas proximidades. Por outro lado, os interesses na fundação de São Francisco, elevada à vila em 1660, e de Desterro (1675) por Francisco Dias Velho, parecem estar mais relacionados, antes, à criação de empreendimentos agrícolas no sul da colônia. Tratam-se, nesses dois casos, não de bandeiras propriamente ditas, e sim de empresas agrícolas autorizadas pelo Donatário da Capitania, realizadas após um primeiro reconhecimento da área e que demandaram a vinda dos responsáveis junto com suas famílias, escravos e recursos para início das novas povoações. Além disso, cumpre destacar não se trataram de expedições

pioneiras, uma vez que nas décadas anteriores as terras chegaram a ser concedidas pelo Donatário para outros povoadores, alguns inclusive também com o interesse na fundação de povoações, conforme fica evidenciado no trabalho de Pauli (1973).

O caso de Laguna nos parece diferente, uma vez que a empreitada levada a cabo por Domingos Brito Peixoto em 1676, conforme caracterizada por Cabral (1970), consistiu numa bandeira realizada por terra para capturar escravos e arrebanhar o gado na região dos Patos, além de estar interessada na fundação de uma nova povoação. A bandeira fracassou, e teve o bandeirante que retornar na década seguinte, autorizado por uma carta régia e munido de funcionários para a implantação do novo núcleo.

De qualquer forma, essas três expedições, que dão origem aos primeiros três núcleos do atual litoral de Santa Catarina, se vinculam temporalmente ao processo de ocupação do litoral atlântico da fronteira meridional por moradores da Capitania de São Vicente, em busca de conquistas e riquezas que demandavam a construção de estabelecimentos fixos, seja pelos empreendimentos agrícolas, pela mineração ou para a captura do gado. Estariam atentos, muito provavelmente, com o aumento do interesse português na criação de um estabelecimento fixo no Prata, que implicaria o desenvolvimento de caminhos e a demanda por alimentos e materiais.

5) Estratégias militares e o programa de imigração de açorianos

Cabe retornar ao ano de 1680, nos momentos seguintes à fundação de Sacramento. Passomai (2007) recorda que, após oito meses, a colônia restou destruída por tropas espanholas e de indígenas missionários. Apenas em 1683, após a assinatura do Tratado Provisional (1681), pode ser reocupada pelos portugueses. Uma nova invasão ocorreu cerca de vinte e cinco anos depois, em 1705, no contexto da Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714), e foi remediada por Portugal dez anos depois, com a assinatura de um tratado de paz em 1715, parte dos Tratados de Utrecht.

Nesse contexto de disputa, Portugal reforçou seu interesse na fronteira meridional por duas iniciativas. Primeiramente, foram autorizadas novas sesmarias e um primeiro movimento de imigração com famílias portuguesas. Coelho (1851) menciona a vinda de vinte casais para a região dos Campos de Araçatuba em 1686, liderados pelo Capitão Antonio Camacho, e Passomai (2007) indica que foram trazidos sessenta casais da província de Trás-os-Montes para a região de Sacramento. Além disso, num movimento de centralização administrativa, a Coroa realizou a compra das capitanias donatárias, reunindo a administração de todo o sul da colônia na Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, criada em 1709.

A Espanha, por seu turno, após findada a Guerra de Sucessão, promoveu a fundação do núcleo de Montevideo para fortalecer seu domínio militar na região e impedir a expansão portuguesa. A instalação da vila foi precedida de uma tentativa portuguesa de estabelecimento, desalojada em 1724 pelo governador do Rio da Prata, mesmo ano em que os espanhóis promoveram um forte na localidade. Na sequência, levas de imigrantes das Ilhas Canárias deram corpo à nova povoação, culminando na instalação do cabildo em 1730 (Fuce, 2017).

Os conflitos retornaram em 1735, com um sítio realizado pelos espanhóis à Colônia, sob o pretexto de um conflito diplomático ocorrido em Madri no mesmo ano (Passomai, 2020). Para Paulo Passomai (2020, p. 62), “a prosperidade dos habitantes da Colônia de Sacramento preocupava a coroa espanhola, lesada pelo intenso contrabando, enquanto os colonos espanhóis e

os índios das missões conviviam a contragosto com a concorrência portuguesa na exploração do gado selvagem”. Após solicitações do governador de Sacramento, a resposta portuguesa veio por meio de algumas expedições de socorro, sendo que a maior delas partiu de Lisboa e a ela se juntou uma frota comandada pelo Brigadeiro José da Silva Paes, à época governador interino do Rio de Janeiro. A Campanha do Rio da Prata, apesar dos recursos enviados, foi um grande fracasso, não tendo conseguido romper o bloqueio, nem realizar a tomada de Montevideo, que figurava entre os objetivos iniciais. Um armistício entre as duas Coroas em 1837 possibilitou o levantamento do cerco e a retomada do abastecimento da Sacramento.

Malograda a expedição, restou aos portugueses a fortificação da Barra do Rio Grande, realizada por ordem de Silva Paes em 1737 e com apoio do Coronel Cristóvão Pereira de Abreu, tendo como resultado a Fortaleza-presídio Jesus-Maria José e a Fortaleza Nossa Senhora do Estreito. Entre esse e o ano seguinte foram criadas duas novas unidades administrativas subalternas, a Capitania da Ilha de Santa Catarina e a Comandância Militar de São Pedro do Rio Grande do Sul (também com sede na Ilha). A Capitania teve como primeiro governador o próprio Silva Paes, que logo também tratou de fortificá-la, criando um sistema de defesa com três fortalezas no acesso norte à Baía e uma na entrada sul, implantadas entre 1740 e 1742. Engenheiro militar, o Brigadeiro atuou diretamente no desenho dos fortes e fortalezas.



Figura 02: Desenho por idea da Barra & Porto do Rio Grande de São Pedro. Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, c. 1736.

O processo de implantação de fortes e fortalezas capitaneado por Silva Paes coloca em questão as relações entre a infraestrutura defensiva e a urbanização. A criação de povoações que seguiu a partir das décadas seguinte parece evidenciar a necessidade de um núcleo urbano próximo ou associado ao equipamento defensivo, de modo que, para além dos oficiais e praças, pudesse haver nas proximidades moradores dedicados à produção de alimentos, à administração local, aos serviços religiosos, e a consertos dos mais variados. Assim ocorre, por exemplo, com a fundação da povoação de Rio Grande, tornada Vila em 1751. Em Desterro, embora já possuísse Câmara

Municipal desde 1726, é possível relacionar a criação do sistema defensivo com a produção de novos núcleos urbanos a partir do programa de imigração de açorianos iniciado em 1748.

Além de dar apoio à infraestrutura da defesa, o programa de imigração instaurado pela Provisão de 1747 também apareceu num contexto específico: em 1750 Portugal assina com a Espanha o Tratado de Madri, tendo a ocupação efetiva da terra como princípio diplomático, seguido da instauração de expedições demarcatórias. Até então, o arquipélago dos Açores vinha provendo levadas menores de migrantes para o Brasil, que buscavam amenizar os danos gerados pela sobrepopulação e pelos eventos sísmicos e vulcânicos que afetavam aquele território (Rodrigues, 2010).

Para fins deste artigo, importa evidenciar como o programa de imigração foi também política urbanizadora tanto para a Capitania de Santa Catarina quanto para a de Rio Grande de São Pedro. A Ilha de Santa Catarina, que abrigava apenas um núcleo urbano junto à localidade do estreito, receberá duas novas sedes de freguesias, a da Lagoa da Conceição (1750) e a de Santo Antônio de Lisboa (1750). No continente, serão criadas as de São Miguel da Terra Firme (1748), de São José da Terra Firme (1751), de Nossa Senhora do Rosário (1751) e de Villanova de Santana (1750).

No Rio Grande de São Pedro, para além de povoar as áreas litorâneas, o programa terá como objetivo a ocupação dos núcleos missioneiros da banda oriental (os sete povos das missões), repassados à Portugal em troca da Colônia de Sacramento, por conta do Tratado de Madri. Um bando assinado por Gomes Freire de Andrade em 1752 procurará, inclusive, incentivar a transferência de açorianos para as missões, prometendo mais benefícios em relação aos que se estabeleceram na Ilha de Santa Catarina (Barroso, 2023). O plano, entretanto, restou frustrado por conta da resistência indígena na chamada Guerra Guaranítica (1753-1756), que acabou suspendendo os trabalhos de demarcação. Em consequência, os governadores procuraram assentar os açorianos nas áreas litorâneas, junto ao porto de Viamão, além de utilizá-los para apoio à fortificação de pontos estratégicos nas margens do Rio Jacuí (Barroso, 2023). A partir da década de 1760, com a invasão dos espanhóis à Vila de Rio Grande (1763-1777), haverá ainda a transferência da sede da capitania para Viamão, consolidando a foz do Jacuí como espaço do poder político regional, e a criação de novos núcleos nas proximidades da barra do Rio Grande.

Os núcleos urbanos produzidos no Rio Grande, nesse contexto, podem ser interpretados como uma síntese entre o plano de assento dos açorianos e as estratégias militares definidas a partir da disputa com os indígenas missioneiros e os espanhóis. De início, temos a criação da Freguesia de Viamão (1747), em área que já havia sido ocupada pelos migrantes vindos de Laguna. Na mesma região, junto ao Lago Guaíba, a vinda dos açorianos também possibilitou a criação da localidade de Porto dos Casais, mais tarde tornada Freguesia (1773) e, em 1809, Vila de Porto Alegre (IBGE, 1959). Ao longo dos Rios Jacuí e Taquari, no sentido oeste, os açorianos foram levados para fundar e/ou povoar os núcleos de Bom Jesus do Triunfo, Santo Amaro do Sul, Rio Pardo, Cachoeira do Sul e Taquari, parte deles também destinados ao estabelecimento de fortificações e equipamentos de apoio militar (IBGE, 1959). No litoral sul da Capitania, os conflitos em torno da invasão de Rio Grande, associados à imigração de açorianos, levaram à criação das freguesias de Estreito (1765), atualmente uma localidade rural do Município de São José do Norte, e de Mostardas (1773) (IBGE, 1959). O núcleo de São José do Norte, onde se localizava um fortim à época da invasão (Figura 3), só foi transformado em paróquia em 1822 (Farinha, 2017).

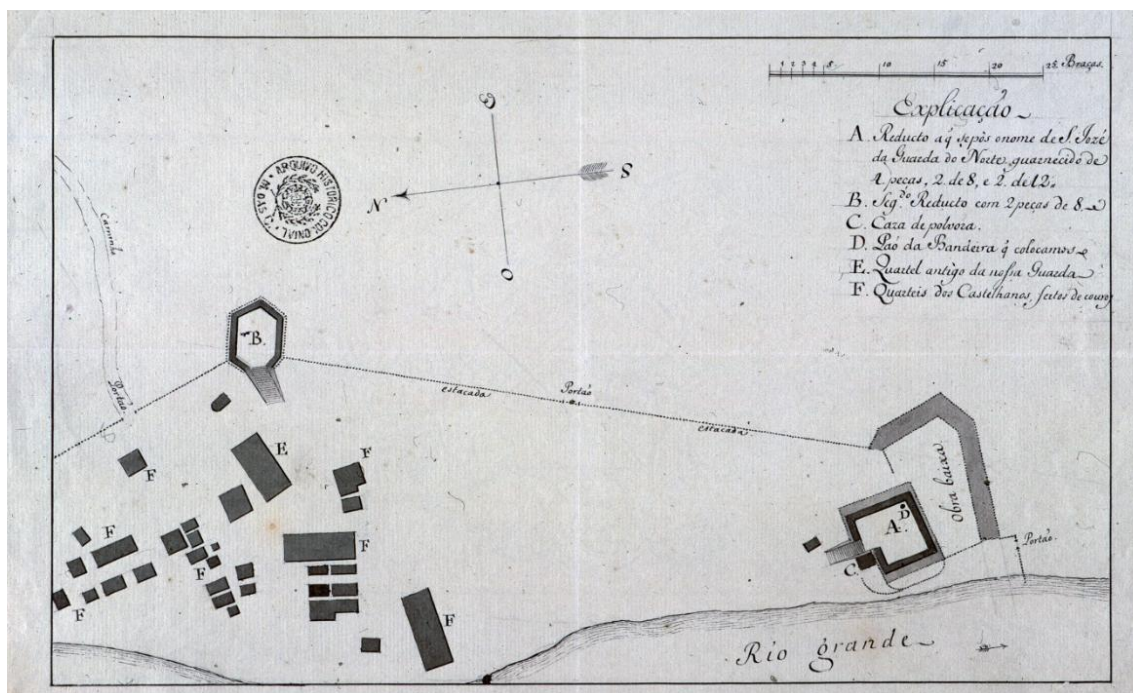


Figura 03: Fortim de São José do Norte. Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, c. 1767.

Cumprе mencionar, finalmente, outros núcleos criados na segunda metade do século XVIII também por ocasião das estratégias militares e de povoamento no contexto do conflito entre as monarquias ibéricas. Guaratuba, no atual litoral paranaense, foi criada por ordem do Morgado de Mateus de 1765, e esteve relacionada com a proteção da Capitania de São Paulo contra as investidas dos espanhóis, que por essa época ocupavam o Rio Grande (Derntl, 2010). Já os núcleos San Fernando de Maldonado, San Carlos de Maldonado, Melo, Minas e Rocha foram criados pelos governadores de Montevideo e Buenos Aires e pelo ministro da Real Hacienda na região platina, entre 1755 e 1795, também como forma de consolidar o território espanhol na região do atual Uruguai (Klackzo e Rial, 1981; Bianguardi, 2013).

6) O Caminho de Viamão e as Novas Vilas do Planalto

Recordamo-nos, pelas descrições dos demais processos, da existência de grandes rebanhos de gado vacum organizados nas vacarias do mar e dos pinhais pelos jesuítas missioneiros. E ainda, da fundação da cidade de Laguna pela família de Domingos Brito Peixoto, elevada a vila em 1714. O filho do fundador, Francisco Brito Peixoto, tornou-se em 1721 “capitão-mor das terras da Laguna e seu distrito, com a ilha de Santa Catarina sua anexa, e do Rio Grande do São Pedro”, sendo responsável por ordenar algumas expedições de reconhecimento das terras sulinas e para o estabelecimento de relações com os grupos indígenas minuanos, a partir de 1723 (Kuhn, 2016, p. 98). Entre as expedições, figurou a conhecida “frota de João de Magalhães”, liderada pelo genro de Brito Peixoto em 1725, que retornou com cabeças de gado até Laguna. Novas incursões foram estimuladas pelo mestre-de-campo Davi Marques Pereira a partir de 1726 na Vacaria do Mar, estabelecendo acordos com os moradores de Laguna para a realização do serviço de arrebanhamento e condução do gado, além de alianças com os grupos indígenas (Kuhn, 2006).

Até o estabelecimento de rotas terrestres e o crescimento do mercado interprovincial, a exploração do gado no sul se restringia ao comércio de couro e fabricação de sebos, levados aos portos existentes na foz do prata para comercialização (Hameister, 2002). Na década de 1720, as

expedições lideradas pelos lagunistas já faziam ver um interesse mais amplo na condução do gado, contemporâneo ao desenvolvimento da produção aurífera nas Gerais. O gado muar, em especial, auxiliou no transporte do ouro e demais mercadorias das regiões produtoras até as áreas portuárias. Faltavam, entretanto, as estradas: em 1727, o governador de São Paulo ordenou que o sargento-mor Francisco de Souza e Faria abrisse uma ligação dos campos sulinos à Vila de Curitiba (Kuhn, 2006). Essa primeira versão do Caminho das Tropas, chamada Caminho dos Conventos, foi aberta partindo da região de Araranguá e seguia subindo a serra até os campos de Lages. Posteriormente, por volta de 1730, o caminho foi retificado pelo Coronel de Ordenanças Cristóvão Pereira de Abreu, o mesmo que auxiliara Silva Paes na fortificação da barra do Rio Grande em 1737, e que desde a década 1690 atuava no mercado de couro na banda oriental e na Foz do Prata (Heimeister, 2002). A nova rota partiu dos Campos de Viamão, atingindo os Campos de Lages pelos Campos de Vacaria, sem necessidade de cruzar a Serra do Mar nos trechos mais íngremes.

A consolidação do Caminho das Tropas a partir de 1730 reforçou o processo de migração de lusos para o Continente do Rio Grande, em especial de lagunistas que se estabeleceram nos Campos de Viamão. Como mostra Martha Heimeister (2002), vários dos primeiros participantes da abertura da rota receberam sesmarias ao longo do caminho, constituindo estâncias (fazendas) dedicadas à economia do criatório e condução das tropas.

A concentração de estâncias, o estabelecimento de pousos para apoio aos tropeiros e de registros para a cobrança dos tributos deram ensejo à fundação de novas povoações, marcando um perfil de formação socioespacial caracterizado pelo predomínio das grandes fazendas. No Rio Grande do Sul, para além da própria freguesia de Viamão, entre o final do século XVIII e início do século XIX, foram fundadas as freguesias de Santo Antônio da Patrulha, originada do Registro de Guarda Velha (IBGE, 1959a) e Vacaria, ligada às disputas pela colonização do planalto norte. Nos campos adjacentes à Capitania de Santa Catarina, o governo restaurado da capitania de São Paulo, liderado pelo Morgado de Mateus, promoveu a criação da povoação de Lages pelas mãos do fazendeiro Antônio Correia Pinto. Segundo Maria Fernanda Derntl (2010), além de fomentar uma nova povoação ao longo do eixo de circulação das tropas e em área disputada com os indígenas, tratava-se de garantir os limites meridionais da capitania de São Paulo em relação aos interesses do governo rio-grandense.

Além de Lages, o programa de urbanização coordenado pelo Morgado de Mateus deu vazão à criação de outras vilas no eixo do tropeirismo. A Vila de Lapa, elevada à freguesia em 1769, teve sua origem como pouso e em função de um registro criado às margens do Rio Iguaçu; de forma similar também a Vila de Castro se originou de um pouso às margens do Rio Iapó (IBGE, 1959b).

Um exercício de espacialização

Conhecidos, a nível preliminar, os seis processos de urbanização, propomos espacializar os núcleos produzidos como ferramenta para a interpretação das conexões e semelhanças entre esse conjunto de histórias. O exercício nos demanda uma escolha temporal fixa, para a qual definimos o ano de 1809, quando são criados 3 novos municípios do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo. Como critério metodológico, optamos por espacializar as vilas, freguesias e missões jesuíticas, utilizando a cronologia conhecida de fundação das vilas como referência.

O mapa elaborado (Figura 4) é útil na representação dos principais movimentos dos processos urbanizadores. De Assunção até Buenos Aires nota-se a fundação de assentamentos seguindo o Rio Paraná, em direção à criação de nova zona portuária em fins do século XVI. A implantação de Sacramento figura, por outro lado, como uma iniciativa pontual de urbanização, capaz de dar início, mas não de forma contínua, aos movimentos que seguem na sequência. Na zona entre os Rios Paraná e Uruguai, consolidou-se o que restou do processo jesuítico de criação de assentamentos, malgrado pelas investidas bandeirantes que destruíram núcleos urbanos no Guairá, no Tapes e no Itatim. Entendemos, nesse sentido, que as trinta reduções são o que restou de um processo urbanizador interrompido pelos sertanistas portugueses. De norte para Sul, os interesses na mineração promoveram a urbanização da faixa litorânea e do planalto ainda no século XVII - foram iniciativas de caráter predominantemente econômico, voltadas também à criação de novos centros agrícolas e mineradores capitaneados por bandeirantes. As investidas espanholas sobre a Colônia a partir do início do século XVIII no contexto da guerra de sucessão espanhola acabam por reforçar o interesse lusitano na oficialização núcleos urbanos, o que tem início com a elevação de Laguna (1714) e seguiu com Desterro à categoria de vila (1726). De sul à norte, o processo se intensificou a partir de 1730, com o sítio promovido pelos espanhóis e a reação organizada na forma da Campanha do Prata, que culminou com a fundação do forte e vila de Rio Grande, de fortes e fortalezas na Ilha de Santa Catarina, e com as primeiras levas de açorianos para povoamento da região. No contexto da assinatura do Tratado de Madri, o programa de imigração de açorianos deu corpo a essa urbanização com a criação de uma série de freguesias em Santa Catarina e no Rio Grande, que garantiram o povoamento litorâneo e das margens do Jacuí e do Taquari, a despeito dos intenção de povoar as missões, projeto suspenso por conta das guerras guaraníticas. Em paralelo, com a demanda de gado *vacum* e *muar* gerada na região das Gerais, a economia do couro deu lugar ao tropeirismo e à criação de um caminho pelo planalto, até atingir a Vila de Curitiba e possibilitar a condução do gado até às Feiras de Sorocaba. Nos registros e pousos foram fundadas novas nucleações, ligadas intimamente com a pecuária. Durante a segunda metade dos setecentos, as novas investidas espanholas e o receio da expansão lusitana ensejaram a criação de núcleos no atual Uruguai; e os interesses do Morgado de Mateus promoveram a criação de novas povoações tanto no litoral como no planalto. Todo esse contexto e conjunto de núcleos criados configuram o que estamos denominando por redes urbanas precursoras.

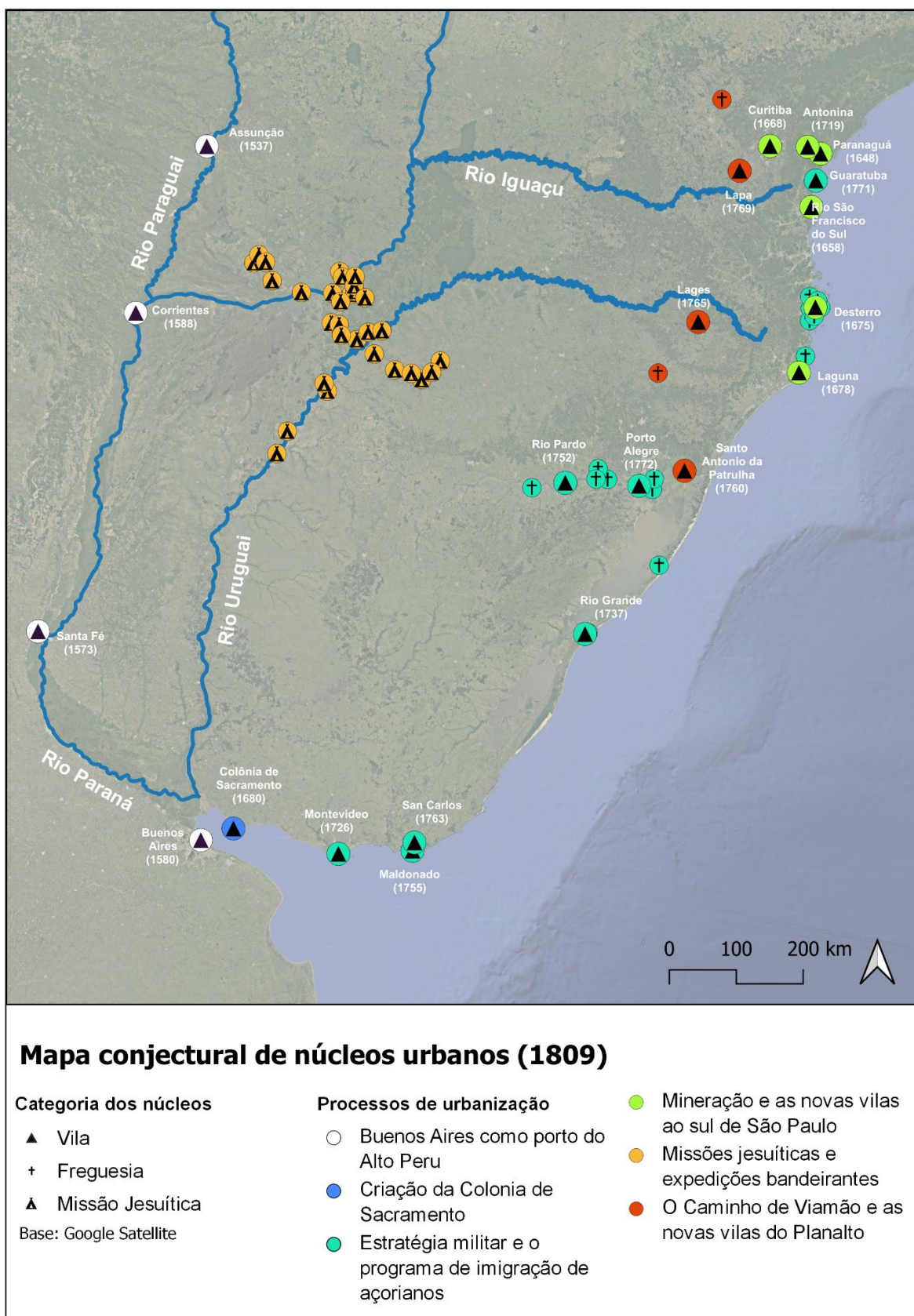


Figura 04: Mapa conjectural de núcleos urbanos associados aos processos de urbanização (1809).
 Fonte: os autores, a partir de imagem do Google Earth..

Essas são linhas gerais de um lento processo de urbanização e das respectivas redes urbanas inseridas num contexto de dois séculos de colonização. Redes ainda mal articuladas por caminhos terrestres e dependentes da navegação para as trocas entre os núcleos produzidos. Vislumbra-se, a partir deste trabalho, o potencial explicativo das análises macrorregionais e de conjunto, que procuram desvincular o entendimento dos processos espaciais dos limites administrativos dos Estados Nacionais, Capitanias e Províncias, insuficientes para a explicação das dinâmicas de circulação, povoamento e urbanização do território. Percebe-se que só passou a existir uma rede urbana mais consistente e consolidada, por ter havido, anteriormente, núcleos precursores - e, em rede - que contribuíram e resultaram de um uso do território relativamente articulado.

Referências

BARROSO, Vela Lucia Maciel. O Rio Grande do Sul dos açorianos: Deslocamentos, desafios, conquistas e patrimônios. **Revista del CESLA**. International Latin American Studies Review, (31), 2023: 49-68.

BIANGARDI, Nicolás. Una nueva área para la región. Poblamiento y crecimiento económico en Maldonado (1755-1814). **Revista uruguaya de historia económica**, 3 (4), 11-30.

BUENO, Beatriz P. S. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 251-294, 2009.

_____; BARRETO, Alice P.; DIAS, Guilherme S.. Cultura material e práticas sociais no Caminho do Viamão: paisagens toponímicas, arqueologia do cotidiano das viagens, perfil e bagagem dos tropeiros (séculos XVIII e XIX). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 29, p. 1-87, 2021.

CANABRAVA, Alice Piffer. **O comércio Português no Rio da Prata, 1580-1640**. 1944. Tese - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1944.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora Laudes, 1970.

COELHO, Manuel Joaquim de Almeida. **Memória histórica da Província de Santa Catarina**. Desterro: Typografiade J. J. Lopes, 1856

DERNTL, Maria F. **Método e arte: Urbanização e formação territorial na capitania de São Paulo, 1765 – 1811**. São Paulo: Editora Alameda, 2010.

FARINHA, Alessandra Buriol. **Memória e História da Mui Heroica Villa de São José do Norte: a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes**. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

FUCE, Pablo. El Real de San Felipe y Santiago de Montevideo (1724-1749): plaza y fuerte de los borbones en la afirmación de la conquista de la Banda Oriental. **Anuario del Instituto de Historia Argentina**, 17 (2), e051.

HAMEISTER, Martha Daisson. **O Continente do Rio Grande de São Pedro**: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c. 1727-c.1763). Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque. A colônia de Sacramento e a expansão do extremo sul. In: _____. (org.). **História geral da civilização brasileira**. Volume 1. São Paulo: Bertrand Brasil, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**: Municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1959a. v. 32 e 33.

_____. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**: Municípios do Estado do Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 1959b. v. 31.

KLACZKO, Jaime; RIAL, Juan. **Uruguai**: el pais urbano. Montevideo: Comisión de Desarrollo Urbano y Regional, 1981.

KUHN, Fabio. **Gente da Fronteira**: Família, Sociedade e Poder no Sul da América Portuguesa - Século XVIII. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

_____. **Um certo capitão-mor**: poder local e redes familiares na expansão da fronteira sul da América Portuguesa (1721-1735). Revista História e Diversidade, Vol. 8, no 1 (2016)

LAMPARD, E. Aspectos históricos da urbanização. In: HAUSER, P.; SCHNORE, L. **Estudos de Urbanização**. São Paulo: Pioneira, 1965.

LUDERS, Pedro Christian. **Portugal e o comércio do Rio da Prata (1640 - 1680)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil**: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. **Território e História no Brasil**. 2ªed. São Paulo: Annablume, 2005.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MAEDER, Ernesto J. A.; GUTIÉRREZ, Ramón. Atlas Territorial e Urbano das missões jesuíticas dos guaranis: Argentina, Paraguai e Brasil. Sevilla: Consejería de Cultura, 2009.

PASSOMAI, Paulo César. A Colônia do Sacramento: uma praça de guerra do império colonial português. **História em Revista**, Pelotas, 09-28; v. 13, dez./2007

_____. As frotas de socorro para a Colônia do Sacramento, 1736-1737. Navigator, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 62-74, 2020

PAULI, Evaldo. **A fundação de Florianópolis**. Florianópolis: Edeine, 1973.

REIS FILHO, Nestor G. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil, 1500-1720**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968.

_____. **As minas de ouro e a formação das Capitanias do Sul**. São Paulo: Via das Artes, 2013.

RIBEIRO, Fernando Victor Aguiar. "Arribadas maliciosas": redes comerciais no comércio de contrabando no porto de Buenos Aires, inícios do séc. XVII. **Antíteses**, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 749–772, 2019.

RODRIGUES, José Damião. Da periferia insular às fronteiras do império: colonos e recrutas dos Açores no povoamento da América. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 17, n. 32, p. 17-43, dez. 2010.

SINGER, Paul. Blumenau. In: _____. **Desenvolvimento e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1968. pp.81-140.

VILARDAGA, José Carlos. **São Paulo na órbita do Império dos Felipes: conexões castelhanas de uma vila da América Portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)**. 2010. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011

ZARTH, Paulo Afonso. Introdução de novas raças de gado no sul do Brasil (1870-1950). **Revista História: Debates e Tendências**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 72–91, 2016.